

**Almerinda Andréa Pontes Silva Gomes**  
almerindagomes@yahoo.com.br

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Possui Mestrado em Economia pela Universidade Federal da Bahia e graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia. Participou de projetos de pesquisa na UFBA. Exerceu cargos de Assessoria Técnica na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e na Secretaria de Planejamento (SEPLAN), no Governo do Estado da Bahia, e no Centro de Planejamento Municipal (CPM), bem como, na Prefeitura Municipal de Salvador. Atuou, entre 1991 e 2016, como docente do ensino superior privado, tendo lecionando disciplinas da área de Economia, na Faculdade Olga Mettig, Universidade Salvador - UNIFACS, Faculdade Ruy Barbosa, Faculdade Hélio Rocha e Unime Lauro de Freitas. Desde julho de 2000 é Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atualmente, é Coordenadora Geral da Especialização Interdisciplinar em Estudos Sociais e Humanidades, curso de pós-graduação EaD da UNEB.

**Faculdade Adventista da Bahia**

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 –  
Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Recebido em 10/01/2019

Aprovado em 07/10/2019

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DA OFERTA DE CURSOS SUPERIORES TECNOLÓGICOS DO EIXO DE GESTÃO E NEGÓCIOS: UMA DISCUSSÃO NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR\*\*

\*\*Este artigo é parte do anteprojeto apresentado ao no processo seletivo para ingresso em 2019.1 do NPGA / UFBA, com o título: "A efetividade das políticas públicas de expansão da oferta de cursos superiores tecnológicos: uma avaliação acerca dos cursos do eixo de gestão e negócios na região metropolitana de salvador no período de 2006 A 2020".

### RESUMO

Este texto que é parte de uma proposta de pesquisa de doutoramento refere-se a um campo de estudo relacionado com a análise das políticas públicas direcionadas à formação de um tipo específico de profissional, o tecnólogo, egresso dos cursos superiores de tecnologia, estando, portanto, circunscrito em diferentes campos da ciência, entre os quais destacam-se a Educação, Economia e Sociologia do Trabalho, mas, que se constituem em pano de fundo para o estudo de um objeto – a efetividade de políticas públicas – que pertence, eminentemente, ao campo da Administração Pública. O imbricamento dessas diversas áreas do conhecimento, na análise da temática aqui proposta, só evidencia a natureza multidisciplinar desta pesquisa. As graduações tecnológicas de nível superior têm sua origem e composição inseridas no processo de estruturação do ensino profissionalizante brasileiro, assim como os cursos técnicos de nível médio. Esse tipo de graduação foi concebido e moldado a partir de demandas impostas pelo mundo do trabalho, surgidas em consequência das transformações pelas quais passou a economia brasileira em sua estrutura produtiva, sobretudo a partir da década de 1930, quando o segmento industrial tornou-se o centro motor do processo de acumulação de capital no Brasil, após a falência do modelo agroexportador. Essas transformações na ordem econômica nacional impactaram sobremaneira o mundo do trabalho, gerando novas necessidades do ponto de vista da qualificação da mão de obra.

### Palavras-chave:

Aprendizagem organizacional. Design thinking.  
Gamificação. Partida JOIN.

GOMES, Almerinda Andréa Pontes Silva. **Políticas Públicas de Expansão da Oferta de Cursos Superiores Tecnológicos do Eixo de Gestão e Negócios: Uma Discussão no Contexto da Região Metropolitana de Salvador.** Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 12, n. 8, p. 114 - 126, Dez, 2019.

## 1. INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1930 e final da década de 1970, todas as disposições legais voltadas para a criação e regulamentação da formação técnica limitaram-se aos cursos de nível médio. Somente em 1978, com a Lei nº 6.545 (BRASIL, 1978), quando as três Escolas Técnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), os cursos superiores tecnológicos passaram a ser oferecidos em âmbito federal. Esta mudança conferiu àquelas instituições mais uma atribuição: a de formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo que se estendeu mais tarde a outras instituições.

Com uma oferta restrita, inicialmente, aos Centros de Educação Tecnológica, mais tarde denominados Institutos Federais (IF), o número de cursos superiores tecnológicos cresceu significativamente nos últimos dezesseis anos (2002 a 2018). Conforme Rossetti (2011), no ano de 1999, o Censo da Educação Superior registrou 16 instituições que ofereciam graduação tecnológica, sendo todas elas públicas. Em 2002, apenas três anos depois, este número chegou a 53 e, em 2004, a 144. Tais números indicam um crescimento de 800% em apenas os primeiros cinco desses dezesseis anos.

Segundo Prado (2004), este significativo crescimento resultou, sobretudo, da adoção, pelo governo federal, de uma política de estímulo à expansão da oferta de tais cursos, que pode ser entendida, em sua opinião, como uma das principais respostas da política pública educacional às necessidades e demandas dos setores produtivos do país, uma vez que as inovações tecnológicas causaram profundas mudanças no modo de produção e nos perfis dos postos e da força de trabalho. Estes cursos foram, na visão deste autor, criados para responder à demanda por preparação, formação e aprimoramento educacional e profissional, de forma mais rápida e específica, quando nem o mercado pode esperar muito tempo por profissionais qualificados, nem estes querem despende quatro anos ou mais cursando o que ele chama de “graduação convencional”, referindo-se aos bacharelados.

De fato, em 2002, os cursos superiores tecnológicos passaram por uma nova regulamentação, através da Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, que definiu o seu objetivo como sendo o de “garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias” (BRASIL, 2002, p.1).

No processo de regulamentação, planejamento e organização desse tipo específico de curso de formação superior, o Ministério da Educação definiu critérios que confirmam o completo alinhamento da política pública de criação e expansão dos mesmos aos requisitos do mercado de trabalho. Conforme Brasil (2002, p.1), estão elencados entre os critérios utilizados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) para o planejamento e a organização dos cursos superiores de tecnologia, entre outros, o atendimento às demandas do mercado de trabalho e da sociedade e a sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do país.

Para dar direcionamento e garantir o atingimento de tais objetivos e critérios, o Instituto Nacional

de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) criou, através da Portaria MEC nº 10, de 26 de julho de 2006, o catálogo de Cursos Superiores Tecnológicos que apresentou, em 2006, 98 cursos, agrupados em dez diferentes eixos tecnológicos, ampliando-os, em 2010, para 108 cursos e doze eixos, e, em 2016, para 134 cursos, distribuídos em treze eixos tecnológicos, a saber: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; e Turismo, Hospitalidade e Lazer.

O eixo denominado de “Gestão e Negócios” contempla, por sua vez, treze cursos: Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior; em Comunicação Institucional; em Gestão Comercial; em Gestão da Qualidade; em Gestão de Cooperativas; em Gestão de Recursos Humanos; em Gestão Financeira; em Gestão Pública; em Logística; em Marketing; em Negócios Imobiliários; em Processo Gerenciais; e em Secretariado. A opção por contemplar na pesquisa tais cursos deve-se ao fato dos mesmos formarem profissionais com habilidades específicas, que, no seu conjunto, são contempladas pelo bacharelado de Administração, entre as quais estão as áreas Comercial, de Finanças, Logística, Produção, Marketing e Recursos Humanos, conforme determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais do referido curso (BRASIL, 2005), entretanto, num prazo de tempo menor, e, conseqüentemente, a um custo mais baixo. Isto fica evidente não só na denominação dada a estes cursos, mas, sobretudo, no perfil profissiográfico de seus egressos e do seu campo de atuação, definidos pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2016). É como se Bacharelado em Administração tivesse sido seccionado em diversas partes, com o objetivo de formar, num prazo mais célere, profissionais aptos a desempenhar, no mundo do trabalho, funções específicas do campo da gestão, em detrimento de obterem uma formação mais completa e generalista.

O número de matrículas nos cursos superiores tecnológicos ofertados em todo o país quase triplicaram entre os anos de 2006 e 2016, crescendo 190,3% neste período. A Região Nordeste foi a que registrou o maior crescimento de matrículas no país (220,3%) e, dentro dela, o estado da Bahia é o que teve maior representatividade neste crescimento. O contingente de alunos matriculados em cursos superiores tecnológicos ofertados por instituições de ensino superior localizadas no estado da Bahia aumentou mais de 230% no período.

No estado da Bahia, do total de instituições que ofertavam cursos superiores tecnológicos no ano de 2016, a maior parte delas estava localizada em municípios da Região Metropolitana de Salvador, que concentrava, neste mesmo ano, mais de 60% do total de alunos matriculados neste tipo de curso em todo o estado. Estes números demonstram a importância e representatividade que a RMS tem na formação desse tipo de profissional, não só dentro do estado da Bahia e da Região Nordeste, mas em nível nacional.

É importante ainda destacar a participação das instituições de ensino superior públicas e privadas nesse processo de ampliação da oferta de cursos superiores tecnológicos. Em 2016, enquanto as instituições públicas nacionais concentraram apenas 16,6% das matrículas desses cursos, as instituições privadas ficaram com os 83,4% restantes. Esses dados denotam a transferência, pelo Estado, da responsabilidade de formação de tecnólogos para a esfera privada.

Questões como estas, e diversas outras, evidenciam a circunscrição multidisciplinar e a complexidade do objeto proposto. Além disso, motiva a voltar o olhar para o campo das políticas públicas voltadas para a formação de tecnólogos, buscando trazer contribuições e proposições, dentro do recorte da pesquisa proposta.

## **2. DESDOBRAMENTOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O EIXO GESTÃO E NEGÓCIOS**

O crescimento da oferta de cursos superiores tecnológicos em todo o país, evidenciada, sobretudo, nos últimos doze anos, não só através da criação de diversos novos cursos, mas também por meio do significativo aumento do número de matrículas neste tipo de formação superior, chama a atenção para este fenômeno, demandando a realização de estudos a respeito do tema. Sendo assim, a proposta de desenvolver uma investigação sobre essa temática justifica-se na medida em que busca produzir análises que se constituem em novas e inéditas perspectivas contributivas teóricas e metodológicas acerca da mesma.

De forma mais específica, a realização desta pesquisa se justifica ainda pela relevância que os resultados podem trazer para discussão sobre o papel do Estado e a efetividade das políticas públicas voltadas para a formação de profissionais com competências e habilidades específicas, proporcionadas pelos cursos superiores tecnológicos do eixo de Gestão e Negócios, determinadas pelas Diretrizes Curriculares definidas para tais cursos. Entende-se que, dado o esforço do Estado no sentido de incentivar a geração de um grande contingente de mão de obra com formação tecnológica, cabe avaliar se este programa de qualificação profissional vem contribuindo, de fato, para que os egressos de tais cursos se insiram no mercado de trabalho, em suas respectivas áreas de formação. Esta proposta de pesquisa propõe-se, portanto, a desenvolver observações e avaliações, de maneira crítica e analítica, acerca da inserção produtiva de um significativo volume de indivíduos que, num prazo de dois anos, passam a formar um contingente de mão de obra com aptidão para resolver questões técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento.

Compreende-se ainda que as discussões e os resultados obtidos, decorrentes do desenvolvimento desta pesquisa, poderão trazer contribuições teóricas que podem ser utilizados para explicar fenômenos similares ao seu objeto e estimular o desenvolvimento de estudos complementares.

Em razão do objeto do anteprojeto articular um tema em evidência na dinâmica acadêmica do ensino superior do país, a preocupação inicial esteve voltada para a realização de um mapeamento de trabalhos relacionados à temática proposta com o objetivo de identificar o estado da arte da discussão ora proposta, bem como os resultados e contribuições das pesquisas realizadas nos últimos anos.

Dentre os periódicos nacionais selecionados para esta pesquisa estão: a Revista de Administração

Pública (RAP), a Revista de Administração de Empresas (RAE), a Revista de Administração Contemporânea (RAC), a Revista Organização & Sociedade (O&S), a Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP), Cadernos EBAPE e Cadernos Gestão Pública e Cidadania. Entre os eventos, foi selecionado apenas o Encontro Nacional de Pesquisa em Administração (ENANPAD), por ser o de maior relevância nacional para a área de Administração e que reúne a publicação dos principais estudos e pesquisas em desenvolvimento, principalmente no Brasil. Já para realizar a busca entre as publicações internacionais, foram pesquisados os seguintes periódicos: Academy of Management Review (AMR), Academy of Management Journal (AMJ), Organization Science Journal, o Journal of Public Administration Research and Theory (JPART). Além dos periódicos, foram feitas buscas nas teses e dissertações disponibilizadas na Plataforma Sucupira e nos principais programas de pós-graduação do país.

Após a identificação dos periódicos, sites e plataformas que seriam investigados, foram definidas as palavras-chave que seriam utilizadas nas referidas pesquisas: Políticas Públicas; Efetividade das Políticas Públicas; Curso Superior Tecnológico. Para os periódicos nacionais, a pesquisa foi realizada buscando os trabalhos relacionados com as palavras-chave anteriormente definidas nos períodos de 2008 a 2018. Quanto aos periódicos internacionais, a pesquisa foi realizada de forma combinada com as palavras-chave: “*Public Policy*”, “*Technological Course*” e “*Technologist*” dentro do mesmo período.

Com o objetivo de refinar a pesquisa, os trabalhos cujos títulos apontavam para um viés diferente do aqui proposto foram excluídos. Em seguida, realizou-se a leitura dos resumos e, com o mesmo encaminhamento, os que direcionavam à discussão para outras áreas de conhecimento ou analisavam a temática com outra perspectiva também foram excluídos. Após a realização destas etapas do trabalho, foram identificados nos periódicos nacionais e internacionais artigos que foram revisados por pares. Com a identificação dos trabalhos pelos títulos, foram selecionados os artigos para leitura dos resumos. Por fim, os trabalhos selecionados resultaram num conjunto de artigos que contribuíram efetivamente com a construção da teorização e a exposição de evidências empíricas relacionadas mais diretamente com o objeto desta pesquisa.

É importante pontuar que, nesta vasta pesquisa realizada, buscando-se identificar o aparecimento das palavras-chaves anteriormente citadas em resumos, títulos ou palavras-chave, não foram encontrados trabalhos científicos – artigos, dissertações ou teses – com a abordagem do tema aqui proposta. A maior parte das contribuições encontradas acerca da temática “ *cursos superiores tecnológicos*”, quando não estavam circunscritas a uma abordagem pedagógica e de análise curricular, concentravam seus esforços em analisar as questões relacionadas ao processo de expansão de tais cursos numa perspectiva *ex ante*, ou seja, focada na identificação dos fatores determinantes do aumento da oferta de cursos superiores tecnológicos, a partir das transformações estruturais ocorridas na economia regional e/ou nacional que incentivaram a formação desse tipo de mão de obra. Entretanto, em nenhuma delas foi desenvolvida uma análise *ex post*, ou seja, que se propusesse a avaliar o que ocorreu após este processo de expansão. Por exemplo, se estes profissionais estão, de fato, conseguindo se inserir no mercado de trabalho em suas respectivas áreas de formação, entre outros aspectos, possibilitando, desta forma, avaliar os resultados das políticas públicas que proporcionaram a expansão da oferta de tais cursos.

### 3. A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

Tomando como base a filosofia bergsoniana, Saviani (2007) afirma que o trabalho humano decorre da natural necessidade dos indivíduos produzirem bens com o intuito de atenderem às suas necessidades materiais. Ou seja, é através do trabalho que o homem garante a sua sobrevivência e a perpetuação da espécie. E, mesmo depois que desenvolve e domina as técnicas de produção, as novas gerações não nascem sabendo, necessitando, portanto, de que essas técnicas sejam disseminadas. E é aí que, segundo Saviani (2007, p. 3), origina-se o processo de educação para o trabalho, elementos que, em sua opinião, possuem uma relação de identidade:

Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. Diríamos, pois, que no ponto de partida, a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade.

Ontologicamente, o ser humano precisa, portanto, aprender a produzir sua própria existência, o que nos leva a concluir que a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem; isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do próprio homem. Mas esse aprendizado se modifica juntamente com as mudanças pelas quais passam de trabalho, de produção da existência, de sorte que a relação entre o trabalho e a educação é tanto ontológica quanto histórica (RAMOS, 2010, p.98).

O surgimento, consolidação e desenvolvimento do modo de produção capitalista, com a sua peculiar lógica de reprodução, caracterizada pela divisão e especialização do trabalho, passou a demandar um grande contingente de trabalhadores com qualificações específicas, provocando significativas mudanças na dinâmica educacional. A sociedade é, portanto, um organismo complexo, baseado no trabalho, e é nesse mundo que o homem constrói suas relações. É esta realidade que irá ditar as regras e as diretrizes da educação. Portanto, é indissociável a relação histórica entre trabalho e educação. O trabalho é essencial ao ser humano, já que através deste o homem se transforma, transforma a natureza, se relaciona e humaniza-se. Sobre isso, Antunes (2011, p. 70) afirma que:

é, então, em função destas características constitutivas do complexo do trabalho – tanto como aquilo que desencadeia o processo de humanização, como aquilo que garante e assegura a continuidade e complexificação deste processo por meio da transmissão de suas aquisições históricas – que o processo formativo “educacional” do ser humano não pode do trabalho ser separado: ou seja, existe uma relação inelimitável, ontológica, entre as esferas do “trabalho” e da “educação”.

Torna-se, assim, importante discutir qual seria o papel do Estado em todo esse processo. Partindo-se do entendimento de que o Estado é a instituição que, acima de todas as outras, tem como função implementar políticas públicas que visem a promoção do desenvolvimento socioeconômico, ele passa a ter uma posição central e protagonista no processo de viabilização da formação de mão-de-obra destinada a desempenhar funções específicas no mundo do trabalho. A fim de atender a esse objetivo, surge, então, a ideia de ensino público, universal, gratuito e obrigatório.

É neste contexto que surge a Educação Profissional – técnica e tecnológica, formação que deve garantir ao trabalhador o acesso às novas tecnologias de produção, buscando atender às



exigências do mercado de trabalho, proporcionando a inserção e permanência deste trabalhador no mundo do trabalho.

Estado brasileiro irá, desta forma, criar um conjunto de medidas de políticas públicas educacionais voltadas para a formação de mão-de-obra com o intuito de atender às demandas do mercado de trabalho.

#### **4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PLANEJADOS**

Em relação à metodologia, pretende-se neste trabalho construir uma pesquisa descritiva. Segundo Richardson (1999), a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, envolvendo, portanto, o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, dentre as quais destacam-se a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação a observação sistemática. Ela assume, em geral, a forma de levantamento. Busca-se avaliar a realidade do ensino superior tecnológico ofertado na Região Metropolitana de Salvador, neste tipo de trabalho o foco central é descrever a realidade com a preocupação de identificação das variáveis que determinam ou influenciam a existência do fenômeno em estudo, a fim de torná-lo inteligível, aprofundando o entendimento sobre a realidade estudada. Pretende-se, após as etapas de coleta e análise dos dados, que os resultados encontrados sejam utilizados na descrição e comparação do objeto de estudo aqui proposto.

Para a realização da pesquisa proposta, serão utilizados dados secundários, obtidos através da adoção de duas modalidades de pesquisa: bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica será realizada para a construção do marco teórico, buscando explicar o problema a partir das referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses sobre o tema. Nesse caso, é importante destacar que, através de uma vasta pesquisa nas principais bases de dados de trabalhos científicos produzidos no país, a exemplo do Scielo, Google Acadêmico, Periódicos Capes, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, da Plataforma Sucupira e de programas de pós-graduação nacionais das áreas de Administração e Educação, entre outros, verificou-se que existem poucas contribuições a respeito do tema, sobretudo no que diz respeito, especificamente, ao eixo de Gestão e Negócios e à Região Metropolitana de Salvador (RMS), que se constituirá como delimitação geográfica do estudo proposto.

A pesquisa documental, que será utilizada para levantamento de dados mais específicos, que não são de domínio público, será realizada diretamente junto às IES e aos empregadores dessa mão-de-obra nos diferentes segmentos econômicos locais. Gil (1999) destaca a semelhança entre as pesquisas documental e bibliográfica, diferenciando-as apenas pela natureza das fontes consultadas.

Para a coleta de dados primários, optar-se-á pela entrevista semi-estruturada ou entrevista em profundidade a ser realizada junto aos egressos dos Cursos Superiores Tecnológicos de gestão da

RMS e junto aos atores dos segmentos econômicos locais (indústria, comércio e serviços), empregadores potenciais da dessa mão-de-obra. Este método permite extrair dos participantes respostas que expressem opiniões mais aprofundadas sobre as questões e o problema investigado (CRESWELL, 2007).

Pretende-se realizar tais entrevistas utilizando-se o critério de acessibilidade, ou seja, consultando diferentes atores para os quais será apresentado o objetivo da pesquisa. Aqueles que, conhecendo o objetivo da mesma, aceitarem participar, constituirão a amostra desse estudo. Para uma melhor condução das entrevistas, por se tratar de uma entrevista semi-estruturada, será elaborado um roteiro a fim de garantir que sejam abordados todos os aspectos relevantes à compreensão do problema pesquisado. Se autorizado pelo entrevistado, tais relatos serão gravados para sua posterior transcrição e utilização dos dados de forma mais precisa por parte do pesquisador.

Em relação ao levantamento das informações junto aos egressos, será utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário. A população objeto dessa pesquisa será constituída pelo total de egressos dos Cursos Superiores Tecnológicos ofertados pelas IES da RMS entre os anos de 2006 e 2020. Para definição de tal população, levou-se em consideração dois aspectos: a significativa expansão da oferta desses cursos a partir de 2006 e o fato de sua integralização se dar no prazo mínimo de dois anos. A amostra estudada deverá ter características homogêneas, optando-se, dessa forma, por uma amostragem aleatória simples ou probabilística, ou seja, aquela em que todos os elementos da população têm a mesma probabilidade de pertencer à amostra.

Para a análise dos dados coletados será utilizado o método de análise de conteúdo que consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 1977, p.42). Esta técnica permite a identificação e melhor compreensão do que está sendo dito em relação à temática, a partir do tratamento formal dos dados.

## **5. EM SÍNTESE: O QUE PRETENDEMOS COM O PROJETO QUE ANALISARÁ AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA EFETIVIDADE**

Abordar o contexto de adoção e efetividade das políticas públicas de expansão da educação tecnológica exige, fundamentalmente, retomar a noção basilar de políticas públicas. Conforme Celina Souza (2006), a política pública, enquanto área de conhecimento, nasce nos Estados Unidos, e os pressupostos analítico que regeram a constituição e consolidação dos estudos sobre seus sustentam-se na ideia de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes. A autora afirma ainda:

A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do



mundo público. O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações. (SOUZA, 2006, p. 3).

Levando a discussão acerca do tema para uma perspectiva histórica, identifica-se na literatura internacional quatro importantes autores que são considerados por muitos estudiosos como sendo os “pais” fundadores da área das políticas públicas: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell introduziu, nos de 1930, durante a Grande Depressão, a expressão *policy analysis*, referindo-se ao conhecimento científico-acadêmico produzido a partir da observação e análise das experiências empíricas de formulação de políticas públicas pelo governo. Simon centrou seus estudos na questão da racionalidade, defendendo que esta fosse, na medida do possível, maximizada através da definição de um conjunto de regras e incentivos, com vistas a enquadrar o comportamento dos atores envolvidos e de alcançar os objetivos desejados. Lindblom sugeriu que fosse incorporada à análise desta temática de outros elementos, além da racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos políticos e dos grupos de interesse. Easton, na década de 1960, definiu política pública como sendo algo sistêmico que envolve, ao mesmo tempo, diferentes elementos que se relacionam entre si: a formulação, que é influenciada pelos partidos, pela mídia e pelos grupos de interesse; os resultados; e o ambiente.

Não existe, portanto, uma única nem melhor definição para “políticas públicas”. O termo “políticas públicas”, se tomado em seu modo literal, implica em diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade e mediação entre atores da sociedade e do Estado. Entretanto, para alguns estudiosos das ciências políticas, há divergências na conceituação e no entendimento da relação Estado-sociedade nas formulações das políticas públicas. Segundo Parada (2002), a compreensão do termo políticas públicas não se refere apenas ao que o Estado planeja fazer, mas, principalmente, na forma como ele socializa tais políticas, levando-as ao cidadão, através dos canais de comunicação, a fim de que estes tenham condições de questionar e contribuir para o desenvolvimento dessas políticas.

Segundo Chrispino (2005), este conceito atinge de morte a ideia ultrapassada de que as políticas públicas podem ser atos discricionários (de livre vontade) dos políticos que passam pelos cargos a cada quatro anos. Concretizar direitos este é o principal papel das políticas públicas. Diante de tal fato, como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

Considerando o pensamento de Oszlak e O’Donnell (1976), a política pública pode ser definida como um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-se inferir uma determinada direção, uma determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema.

Segundo Ivan Valente e Lisete Arelaro (2002), políticas públicas não são políticas de governo, mas, sim, políticas que nascem a partir de amplo debate com os movimentos sociais e transformam-se em direitos sociais. Sendo assim, a formulação destas está assentada no paradigma do conflito. As contribuições de Jeferson Mainardes (2006, p.48) sobre a abordagem do ciclo de políticas nos informam que a pesquisa em políticas educacionais no Brasil é um campo relativamente novo e sofre as indefinições da crise de paradigmas que afeta as ciências sociais e humanas na contemporaneidade. Entretanto, a abordagem dos ciclos de políticas constitui-se num referencial analítico útil no campo da educação.

Elaborar políticas públicas significa, portanto, definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições que estão relacionadas com a natureza do regime político, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Sendo assim, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam, os seus resultados e benefícios.

As políticas públicas visam, portanto, responder a demandas da sociedade, ampliar e efetivar direitos de cidadania, regular conflitos entre os diversos atores sociais e promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda,. Nessa perspectiva, recorre-se a Cohen (2007, p. 91) para situar o entendimento sobre o efeito de um projeto social, como todo comportamento ou acontecimento que se pode razoavelmente dizer que sofreu influência de alguns aspectos. Para este autor (2007, p. 92), todo projeto, ao traçar objetivo, tem, em si, efeitos a serem procurados. Entretanto, podem existir também efeitos não procurados, que, segundo ele, sejam, ao mesmo tempo, previstos, positivos e sumariamente relevantes ou efeitos negativos, quando podem prejudicar o possível êxito do projeto.

É nessa perspectiva que a presente pesquisa está apoiada. Através dela, buscar-se-á avaliar a efetividade das políticas públicas voltadas para a formação de tecnólogos do eixo de Gestão e Negócios, na RMS, entre os anos de 2006 e 2020, compreendendo os efeitos locais de tais políticas. Sendo assim, é de fundamental importância apresentar, ainda que de forma introdutória, algumas bases teóricas que serão utilizadas como pilares para o conceito de “efetividade das políticas públicas”. Ala-Harja e Helgason (2000, p. 8) definem avaliação assegurando que “o termo compreende a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos”. No entanto, os autores advertem que não existe um consenso quanto ao que seja avaliação de políticas públicas, já que o mesmo admite múltiplas definições. Uma definição comumente empregada seria a de Arretche (1998), segundo a qual avaliação é a estimativa sistemática da operação e/ou dos resultados de um programa ou de uma política, comparada com um conjunto de parâmetros implícitos ou explícitos, como forma de contribuir para o aprimoramento do programa ou política.

Desta forma, serão definidos indicadores através dos quais buscar-se-á mensurar os resultados das políticas públicas mencionadas, o que possibilitará avaliar a sua efetividade a partir de, ao menos, quatro dimensões: o índice de ocupação e desocupação dos egressos de tais cursos; a forma de inserção produtiva destes profissionais; a renda mensal percebida por eles; e a percepção dos

empregadores, efetivos e/ou potenciais, desta mão de obra, de diferentes segmentos econômicos da RMS, acerca de sua qualidade técnico-profissional.

## REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, M. & HELGASON, S. **Em direção às melhores práticas de avaliação**. Revista do Serviço Público. Brasília, 51 (4) 2000, pp. 5-59.

ANTUNES, Caio. **A Educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação**. Campinas: Autores Associados, 2011.

ARAÚJO, M. A. D. de e BORGES, D. F. Globalização e mercado de trabalho: educação e empregabilidade. **Organização & Sociedade**, v. 7 n. 17 jan/abr 2017.

ARRETCHE, M.T.S. Tendências nos Estudos sobre Avaliação, In: RICO, E. M. (org). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39.

AZEVEDO, C. B. de. Qualificação é fundamental. **GV-executivo**, v. 17 n. 1 jan/fev 2018.

BARBOSA, D. **Trabalho e educação: a formação profissional tecnológica e a empregabilidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 142. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARONE, R.E.M. **Educação e políticas públicas: questões para o debate**. Santa Catarina: UFSC, dez. 1998. Artigo apresentado no concurso para Professor Adjunto.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category\\_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 12 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Graduação e Inovação**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/graduacao-e-inovacao/11829/>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6545.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm)>. Acesso em: 28 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Portaria MEC 1.024/2006**. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/sai/legislacao/arquivos-legislacao/PN%20MEC%201.024\\_2006%20-%20Cursos%20Superiores%20de%20Tecnologia%20-CST.pdf](http://www.ufrgs.br/sai/legislacao/arquivos-legislacao/PN%20MEC%201.024_2006%20-%20Cursos%20Superiores%20de%20Tecnologia%20-CST.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP 3/2002**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf)>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

BRESOLIN, A. B. et all. Avaliação de políticas públicas: o caso da política de pagamento por bônus na educação na cidade de Nova York e o cenário brasileiro. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 23, n. 74 Janeiro/Abril 2018.

CERVO, Armando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Pedro da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHRISPINO, A. Binóculo ou Luneta: os conceitos de políticas públicas e ideologia e seus impactos na educação. **Revista da ANPAE**, Porto Alegre, v.21, n. 1 e 2, jan./dez. 2005.

COHEN. E e FRANCO. R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007, 7. ed.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo, e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREDERICKSON, H. G. e SMITH, K. B. Primed for Public Administration Theory. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 14, issue 2, april/2004, p. 253–257.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21,

p. 211-259, jun. 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio.; FONKOUA, P.; APARÍCIO, P. **Educação, Tecnologia e Mundo do Trabalho: emprego, desemprego e políticas de formação**. Debate realizado em 25 de outubro de 2001, Fórum Mundial da Educação, Rio Grande do Sul, 2001.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

JACOMETTI, Márcio. Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: 50(3), p. 425-454, maio-jun. 2016.

JOBERT, Bruno; MULLER. **Pierre. L'Etat en action**. Paris: PUF, 1987.

MAINARDES, Jeferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

OSZLAK, Oscar e O'DONNELL, Guillermo. **Estado y políticas estatales en América Latina: Ilacia una estrategia de investigación**. Doc. Cedes/GE Clacso, n. 4, 1976.

PALFREY, Colin e THOMAS, Paul. Politics and policy evaluation. **Public Policy and Administration**, v. 14, issue 4 2009, p. 58-70.

PARADA, E. L. **Introducción a las Políticas Públicas**. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002.

PRADO, Fernando Leme do. **O Tecnólogo**. 2004. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/carreira/materia.jsp?materia=4268>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

RAMOS, M. **Projeto de formação humana e mediações históricas. Trabalho Educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação de trabalhadores técnicos da saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, UFRJ, 2010.

ROSETTI JUNIOR y SCHIMIGUEL. Histórico e contexto econômico dos cursos superiores de tecnologia no Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 152, 2011. Texto completo em <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/11>>.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan/abr 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **A sociedade do conhecimento e a educação tecnológica**. São Paulo: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Jan/2005.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOARES, E. B. S. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. **Revista de Administração Contemporânea**. Vol.15 n.6. Curitiba: nov/dez 2011.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre: UFRGS, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TREVISAN, A. P. e BELLEN, H. M. van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, maio/jun. 2008.

VALENTE, Ivan e ARELARO, Lisete. **Educação e Políticas Públicas**. São Paulo: Xamã Editora, 2002.